

## **A perspectiva ecoanimalista feminista antiespecista**

Sônia Teresinha Felipe<sup>1</sup>

### **As diferentes perspectivas feministas e a ecofeminista**

Em um artigo publicado em 1990, *The Power and Promise of Ecological Feminism*, Karen Warren classifica as críticas feministas em quatro correntes, a saber: 1) a liberal, que visa à igualdade na autonomia para prover a própria felicidade, possibilita a inclusão da natureza e dos animais pelas mesmas razões pelas quais os negros e as mulheres reivindicam seu reconhecimento; 2) a marxista, que advoga que o trabalho compulsório e a exclusão dos melhores cargos, funções e remunerações oprime as mulheres; 3) a radical, que admite a tese de que a maternidade e o cuidado dos filhos mantêm o vínculo das mulheres com a natureza, enquanto liberam os homens desse tipo de encargo, facilitando sua desvinculação da natureza; 4) a socialista, que deriva da crítica à dominação de classe (capitalismo), identifica o patriarcado (gênero) como instituições que sustentam a opressão das mulheres pelos homens.

Para corrigir os limites das propostas feministas disseminadas ao redor do mundo até o final da década de 80 do século XX, Warren (1987, p. 45) elabora uma quinta, a ecofeminista ou a que ela chama de feminista transformativa, enfatizando as diferentes conexões entre a opressão exercida pelos homens sobre a natureza (naturismo) e a opressão exercida pelos homens sobre as mulheres (machismo). Warren

introduz a perspectiva ecológica na feminista e a feminista na ecológica. Uma vez erradicada a opressão machista, a opressão sobre a natureza igualmente seria erradicada, crê Warren.

Historicamente, a concepção feminista socialista foi a primeira a vincular as três formas sociais de discriminação geradoras de opressão sobre diferentes grupos: o racismo, o machismo e o classismo, formas intraespecíficas de opressão, estruturadas no mesmo padrão conceitual que dá origem e sustenta o poder patriarcal como monopólio de uns – homens brancos aristocratas, clericais e burgueses, sobre todo o resto e cada uma das pessoas subordinadas social, política, econômica e moralmente a esse poder – mulheres de todas as classes, raças e identidades sexuais, consideradas sob o que se entende por vontades não “domadas”, ou, “natureza” bruta.

Sem conseguir livrar-se da radical, a perspectiva feminista liberal desafia as mulheres a buscarem a igualdade, a autonomia e a livre expressão de sua sexualidade (ideais originalmente masculinos), levantando esta bandeira, a de sua condição oprimida como o resto da natureza e dos animais silvestres. A concepção liberal feminista da igualdade, entretanto, não foge ao modelo institucionalizado pelos homens para ordenar e assegurar seu poder no mundo capitalista. Pode estar aí a razão pela qual a perspectiva feminista liberal não trouxe a emancipação (e-man-cip-ação, ação de mover-se impulsionada pelos homens) almejada.

Com relação à perspectiva feminista radical e sua tese de que as mulheres, por conta dos processos da reprodução, inevitavelmente se mantêm próximas à natureza, é preciso entrever que as mulheres não estão mais tão conectadas à natureza quanto se apregoa. Elas podem seguir tão afastadas dela quanto os homens. Esse afastamento pode ser constatado no modo como as mulheres comem, ou, em outras palavras, nos processos mentais que as levam a crer que o tipo de dieta patriarcal

(padrão) imposta a elas ao redor do mundo está além da necessidade de qualquer crítica feminista. Assim, homens e mulheres comem no mesmo padrão imposto pelo agronegócio biocida há mais de 50 anos.

A perspectiva feminista socialista elabora a tese de que o capitalismo, em seu afã de expropriar mais-valia das classes e trabalhadores impotentes, imprimiu a marca da racionalidade instrumental em todos os processos extrativos e produtivos, introduzindo as mulheres na forma de expressão masculina no mundo do trabalho e no processo de extração de matérias para transformação em mercadorias. A luta feminista socialista pela emancipação das mulheres acaba por engessar-se nos moldes impostos pelo padrão masculino de autoprovimento de si e das instituições e práticas que garantem a hegemonia da masculinidade (instrumentalização de tudo para acúmulo de mais-valia) nos processos extrativos, produtivos, distributivos, de consumo e descarte.

As mulheres, ao assumirem os cargos e funções antes exercidos apenas pelos homens, assumem o modo masculino de alimentar-se dentro e fora de casa, terceirando cada vez mais o serviço e não questionando a origem do alimento que levam da gôndola do supermercado para casa, do *freezer* para o micro-ondas, desse para o prato, de onde segue para o interior do próprio corpo. O que é oferecido pela propaganda alimentar é servido e engolido sem pestanejar.

### **Ecofeminismo especista**

Ao reconhecer as três formas de discriminação e opressão patriarcais como passíveis de serem erradicadas através da libertação das mulheres – racismo, machismo e classismo, Warren não chega a referir, em momento algum, à opressão exercida por racistas, machistas, capitalistas e feministas de todos os matizes, sobre 56 bilhões de seres

sencientes levados à morte ao redor do planeta todos os anos, ou 154 milhões por dia: os animais fabricados, escravizados e mortos, para consumo humano.

Assim, o *oikós* (do grego, casa ou morada), que dá origem a *eco*, tanto em ecofeminismo quanto em ecologia, abrange em seu mobiliário, no mesmo padrão ou pelas razões do mesmo padrão, ecossistemas, animais selvagens, silvestres, exóticos ou ameaçados de extinção e outros objetos naturais. Enquanto isso, exclui cada um dos animais, forçados a nascer no sistema de produção de carnes, leites e ovos, no qual suas progenitoras são exterminadas. Vimos, pela história da escravização de humanos que, tornados objetos de propriedade, os animais de quaisquer espécies são tratados pelo senhor como não dignos do direito à vida, à liberdade e ao bem próprio de sua natureza animal específica.

Entretanto, uma vaca, uma galinha, uma porca, uma égua, uma ovelha, entre outros, não são objetos naturais. Elas não são utensílios alocados na paisagem natural, nem meras peças que garantem equilíbrio aos ecossistemas. Elas são indivíduos singulares que se movem no ambiente buscando atender às próprias necessidades e às de seus filhos. Animais de todas as espécies não são apenas quimicamente sensíveis às variações de temperatura, umidade, luz, ar e nutrientes, como o são as plantas (CHAMOVITZ, 2012). Os estímulos que os afetam atingem seu cérebro exatamente do mesmo modo como atingem os nossos. Animais são seres sencientes. Eles existem biopsiquicamente da mesma forma como viemos nós, humanos, a existir e sobrevivem por conta de sua mente inteligente, sensível, consciente e capaz de aprendizado (LOW *et al.*, 2012).

A concepção ecofeminista transformista, proposta por Warren, pretende libertar os seres humanos de todas as formas de dominação, ao libertar as mulheres dos conceitos que as mantêm subjugadas à

dominação dos homens. Entretanto, Warren continua a tratar de modo masculinizado o que chama natureza, a ser libertada junto com a libertação das mulheres. Não sabemos, nesse texto da autora, de que modo a libertação das mulheres acarretará automaticamente a da natureza. Como alcançar a libertação de todas as formas de dominação machista, amarras que impedem as mulheres de se tornarem senhoras de si, se não se levar em conta outra forma de opressão e discriminação, a especista?

### **Especismo**

A crítica à opressão especista exercida pelos seres humanos contra animais não humanos existe desde o último quartel do século XVIII, na Inglaterra. Foi elaborada em Aberdeem, (por Humphry Primatt<sup>2</sup>). O ano de publicação de seu livro, *The duty of mercy*, 1776, é o da independência norte-americana, quando foram proclamados os direitos iguais e a liberdade individual para a busca da própria felicidade para todos os homens, ideais incorporados pelas feministas liberais e socialistas da primeira geração, a começar pelo livro de Mary Wollstonecraft, *The vindication of rights of women*, publicado em 1792, um ano após a Proclamação francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Homens e mulheres, com as duas revoluções do final do século XVIII, a americana e a francesa, tiveram abertos os portais para construir um mundo e se posicionarem nele com autonomia, liberdade, igualdade e direitos fundamentais assegurados por leis. Aos animais nenhum direito foi concedido, a não ser em meados do século XIX (RYDER, 1991, p. 40). Portanto, a mesma matriz moral que rege o domínio patriarcal dos homens sobre as mulheres e a natureza continuou

a ser alimentada pelo domínio senhoril dos homens e mulheres sobre todos os animais sencientes.

No terceiro quartel do século XX, o conceito que elabora criticamente a discriminação praticada pelos humanos contra os animais de todas as outras espécies foi finalmente batizado por Sir Richard D. Ryder, cientista psicólogo e filósofo inglês, autor do termo *especismo*<sup>3</sup>. Ryder cria o termo especismo fazendo par com os já conhecidos, racismo e machismo (Cf. DARWIN, 2000). Para o autor, usar, abusar, explorar e matar animais para consumo e divertimento humano é uma forma de posicionar os seres humanos acima de todos os animais e de alimentar o padrão machista e racista que rege as relações de poder entre os humanos. Tais relações discriminadoras opressoras não podem ser abolidas enquanto se mantiver os animais no estatuto de objetos passíveis de extração de mais-valia na forma de carnes, leites, ovos, lã, seda, mel etc.

As teorias ecofeministas, incluindo a de Warren, costumam abarcar os animais no conceito de “natureza” ou de “meio ambiente”, solapando-lhes o estatuto de seres sencientes, sujeitos-de-suas-vidas individuais, que jamais deveriam ter sido impedidos de gozar plenamente. Nossa dieta é o retrato silencioso e invisível dessa matriz cognitiva e moral machista.

Os animais sempre foram seres sencientes, sentiram dor, prazer e todas as emoções bem conhecidas dos humanos: medo, ciúme, contentamento, preocupação, desejo sexual, ternura, luto. Desde Darwin sabe-se disso (WARREN, 2000b, p. 213-223). Mas a capacidade de sofrer lhes foi negada pela teoria filosófica e científica desde Descartes em meados do século XVII até recentemente, quando os neurocientistas, reunidos em julho de 2012 em Cambridge na Inglaterra para um Congresso sobre a consciência em humanos e outros animais, reconheceram que todos os animais de todas as outras espécies além da

humana são constituídos do mesmo aparato neuromental que nos constitui, humanos, para a experiência da dor e do prazer e para todas as emoções positivas e negativas, prazerosas e dolorosas que quaisquer experiências evocam em nossa e em suas mentes específicas. Se todos os animais são iguais em sua vulnerabilidade e têm consciência dos impactos dolorosos causados por quaisquer estímulos ameaçadores da integridade de seus corpos, não há como negar-lhes o direito de viver em paz: sem ameaças, sem manejo, sem tormentos e sem o abate.

A estrutura da argumentação de Warren assenta sobre o conceito de *dominação*, cujas entranhas, se colocadas à mostra, escancaram pressupostos filosóficos pautados por *valores* hierárquicos incapazes de serem concebidos, a menos que se conceba a natureza de forma *dual* e hierárquica (KHEEL, 2008, p. 2).

Tal dualismo, insistentemente denunciado por filósofas feministas, segue o padrão binário que concebe e finalmente trata a “natureza” como se ela fosse desenhada nitidamente com dois estiletos, cujas características se repetiriam em cada indivíduo conforme um, o masculino e tudo o que o representa, ou o outro, o feminino e tudo o que não representa.

Ao incorporarmos o conceito de especismo e todas as hipóteses éticas que evoca, não é difícil reconhecer que para além das duas valas comuns, cavadas para separar homens de mulheres, associando-as a tudo o que aparenta ter apenas valor instrumental, destituído de espírito, ecossistemas naturais e animais de todas as espécies foram tidos, inclusive pelas feministas, como passíveis de serem alocados na vala das mulheres, porque a natureza e os animais são passíveis de uso, extração de mais-valia (reprodução e secreções), escravização e extermínio (carnes), por sua condição de matéria reprodutora, algo que as mulheres não admitem que seja pensado delas, mas pensam sem pestanejar dos outros animais.

Desconsiderando a tragédia de nascer na condição de um animal, passível de exploração e da morte infligida pela mão humana, as feministas radicais e as ecofeministas se abstêm de criticar o holocausto animal. As feministas e ecofeministas, freguesas contumazes do mercado de carnes, leites e ovos, escamoteiam a realidade de sua opressão sobre os animais não humanos, mas insistem em se colocarem junto com as espécies animais e ecossistemas naturais, na vala das sofredoras da opressão e dominação machista. É preciso que fiquem claras três diferenças: a primeira, que animais não são ecossistemas, são indivíduos, como cada mulher o é. Segunda, que as mulheres são parte ativa, como consumidoras de produtos e alimentos animalizados, do sistema de opressão, escravização e descarte de animais. Terceira, que a vaca, a porca, a ovelha e a galinha, no galpão de manejo e na esteira da morte, não são espécies de animais. São indivíduos sencientes, como cada uma de nós. O que se faz a cada uma delas é sofrido por ela, não por uma entidade abstrata chamada espécie suína, ovina, caprina, avina ou bovina.

### **O machismo na dieta padrão**

O ideal viril, com traços sempre louváveis, conforme resumido por Marti Kheel, sintetiza os valores do espírito e da civilidade, configurados para padronizar (gravar o padrão do pai) o homem culto e refinado (KHEEL, 2008). Em um nível abaixo do viril, temos o que seria o *ethos* ou caráter masculino, que mistura traços que podem ter, ou não, um valor positivo: agressividade, força física e atividade sexual errante. Poder-se-ia dizer que o homem viril, no conceito tradicional, é justamente o homem educado para não deixar que suas características apareçam na forma negativa. Há, pois, um modo positivo de “usar a força”, de empregar a “agressividade” e de “favorecer o processo

reprodutivo”. Quando essa educação (*edulcere*, adoçamento do que é bruto) não ocorre, esse homem torna-se um sujeito violento, destruidor, exterminador.

Desde os anos 30 do século XX, a concepção feminista foi estruturada na contrarreferência desses valores masculinos viris. Os homens são tipificados como fazendo parte de um grupo empenhado em separar-se da natureza (através do processo de virilização de suas características brutas), enquanto as mulheres são consideradas como vinculadas a ela, especialmente pelo encargo da reprodução biológica, mas também porque das mulheres se pensava uma natureza incapaz da brutalidade. Com a emancipação das mulheres, essa tese caiu por terra. Em sua dieta, as mulheres podem ser e são tão predadoras quanto os homens. Na abordagem ecofeminista de Warren (2000a), Vandana Shiva e Maria Mies (2003), os animais não têm qualquer destaque, são referidos e tidos como partes da paisagem natural, destituída de subjetividade. A defesa ambiental é ponto forte na teoria de Warren. A defesa dos animais em sua trágica condição de matéria para ser morta, insignificante. Ela segue Aldo Leopold, um dos primeiros ambientalistas, defensor da caça. Warren não faz referência sequer à própria dieta<sup>4</sup>.

Por um lado, temos os chamados animais silvestres e selvagens, embutidos pelo ecofeminismo no espaço natural como espécies. Por outro, temos os animais arrancados de sua condição natural pela doma ou domesticação. Prosseguindo no padrão machista de transformação da natureza em mais-valia e maquinaria, na segunda metade do século XX, os animais outrora domesticados, vacas, bois, cabras, ovelhas, galinhas, porcas, foram arrancados de seu ambiente doméstico e jogados em ambientes industriais de produção e abate.

A transformação anual de 56 bilhões de vidas domesticadas em vidas industrializadas para consumo de homens e mulheres não é um

fato banal que possa deixar de ser abordado por uma feminista. Esse fato não está além da esfera dos interesses das mulheres. Não. Ele formata a mente e a consciência das mulheres no mesmo padrão instrumental com o qual a mente, a consciência e os interesses dos homens são formatados para usar e matar animais: o do macho dominador, escravizador, extrator de mais-valia e exterminador da vida.

Para obtenção de carnes, laticínios e ovos, consumidos pelas mulheres e dados a seus filhos e maridos, todo o sistema patriarcal bélico é posto em movimento, arrastando quem os consome para o mesmo patamar dos senhores primordiais, que detinham a posse e a propriedade do solo, do qual arrancavam os alimentos. Mas vacas, cabras, porcas, ovelhas, galinhas não são “solos férteis” onde se possam cultivar e de onde se possam colher alimentos. São animais sencientes, como o são as mulheres, de quem não se pode tirar o leite para vender ou oferecer a quem quer que seja sem seu consentimento, não se pode arrancar o bebê para enviar à indústria de carnes tenras (carne de vitela), não se pode estuprar com o objetivo de obter a reprodução em massa (vacas, cabras, ovelhas etc.). Fazemos tudo isso a todas as fêmeas de todas as espécies usadas em nossa alimentação diária. E o fazemos com tamanha inconsciência que seria possível comparar nossa dieta padronizada à mais espetacular vitória do modelo de dominação especista do patrão chamado *agronegócio* sobre todas as mulheres. Comemos de forma machista e especista. E o fazemos, até o presente momento, violando todos os interesses dos animais, de forma *in*-consciente e *in*-consistente com tudo o que apregoamos que não queremos que os homens façam a nós, mulheres.

## **A perspectiva ecoanimalista feminista**

Falar da comida, mostrar o cenário de onde um alimento é extraído e as implicações dolorosas para os animais forçados a nascer e a viver em dor e agonia até a hora do abate, ainda é considerado de mau gosto por muitas pessoas, incluindo as do meio acadêmico, onde esses temas deveriam ser abordados criticamente.

As ecoanimalistas feministas abolicionistas deixaram de encarar com naturalidade a ingestão de alimentos produzidos à custa da dor, do sofrimento e da morte de animais. Mas no Brasil isso mal completou uma década de história. E a primeira conferência pronunciada em nosso país é exatamente a deste texto, inaugurando uma nova etapa da atividade feminista brasileira, na qual o preconceito especista é abordado com o mesmo vigor com o qual abordamos o racismo e o machismo.

A perspectiva ecoanimalista traz para a concepção feminista a contribuição ética que faltava até agora nas concepções feministas. A racionalidade humana só é fértil se for expansiva, inclusiva<sup>5</sup>. Os machistas tratam as mulheres de forma especista: como animais. E as mulheres, incorporando e emulando o mesmo especismo, tratam os animais como matéria destituída de espírito, portanto, inferiores. Como reivindicar para si a libertação de todas as formas de violência, sofridas na condição subordinada ao poder dos homens, social, política, emocional e sexualmente e, ao mesmo tempo, praticar contra as fêmeas de todas as espécies criadas para abate, formas de violências tais quais a do nascimento forçado, separação da mãe ao nascer, isolamento físico, convivência massificada, estupro, gestação em série, alimentação projetada para formar massa muscular em curto tempo, agonias respiratórias, imundícies e dezenas de outros tormentos pelos quais passa cada um dos animais, enquanto homens e mulheres só esperam dessas vidas as carnes mortas, o leite e os ovos?

O especismo, fazendo par com o racismo e o machismo, é a forma de preconceito mais enraizada e generalizada na mente humana. Ela afeta igualmente homens e mulheres, em hábitos tidos como sagradas tradições: alimentação, moda, medicamentos e lazer, justamente porque dessa forma patriarcal de nutrir-se ninguém ousa falar. E o que não tem nome, não existe para a consciência humana. Mas as práticas não denominadas são fonte de dor e tormento para os animais sencientes.

Os animais de outras espécies não são considerados dignos de direitos fundamentais, como o direito de viver de acordo com sua espécie, o direito à liberdade para autoprover-se e prover os seus, o direito à defesa em caso de ameaça, o direito à reprodução seguindo o padrão evoluído para a reposição de sua espécie, o direito de nutrir-se usando sua mente para selecionar o alimento e os nutrientes de acordo com as necessidades metabólicas diárias, o direito ao envelhecimento e à morte naturais<sup>6</sup>.

Concebidos milenarmente como objetos de propriedade e domínio dos homens, os animais são tratados no sistema de produção masculinizado como matéria, como o eram os escravos. A diferença entre os escravos humanos e os escravos animais é que esses não estão, assim como as crianças, os idosos e os doentes não estão, e as mulheres, até há um século atrás não estavam, em condições de se insurgirem contra o regime de escravidão ao qual estão submetidos pela força da maquinaria que os alimenta para os exterminar da vida. Os animais são sustentados pelos humanos para serem mortos, não para viverem.

### **Dieta machista**

Na modernidade, escreve a feminista Marti Kheel, os traços mais identificados com a masculinidade são a racionalidade, a universalidade

e a autonomia. Quanto às mulheres, a emocionalidade, a particularidade, a relação e a dependência são os traços reunidos para configurar sua expressão feminina (KHEEL, *op. cit.*, p. 3). O masculino detém os meios para instrumentalizar e por a seu favor o feminino, acercando-se dos e abarcando todos os indivíduos tidos como femininos.

A dominação é bem sucedida, do ponto de vista instrumental, quando se alcança o lote inteiro, quando se generaliza. Ela extermina a hipótese de respeito à singularidade, marca do indivíduo. No sistema industrial de produção de alimentos animalizados não se leva em conta cada indivíduo forçado a nascer, manejado e abatido mecanicamente para consumo humano.

As ecofeministas que falam de um *ethos* da natureza, jogando nesse conceito genérico e difuso ecossistemas e animais de todo tipo e deixando invisíveis os 56 bilhões de animais mortos para consumo humano a cada ano, cometem o mesmo erro dos machistas que falam da mulher como se existisse um padrão que pudesse firmar o *ethos* feminino, configurando uma mulher exatamente como outra qualquer. Ao seguirem a dieta padrão machista, as mulheres conseguem realizar o sonho da dominação masculina.

Ao não levar em conta a dor, o sofrimento, o tormento e a desdita de cada uma das fêmeas escravizadas pelo sistema bélico de produção de alimentos, o ecofeminismo transformista de Warren está longe de completar a tarefa de revolver o solo no qual são cultivados os preconceitos machistas. Em outras palavras, como predadoras, as mulheres identificam-se com o padrão masculino de nutrir-se do espólio de suas vítimas. Em seu modo de comer, elas ainda estão a emular ou representar qualquer homem, simplesmente, porque sua dieta é fruto da predação. Uma predação que o aparato industrial bélico consegue dissimular, despersonalizar, generalizar.

Mas os judeus, os comunistas e os homossexuais mortos nas câmaras de gás durante o nazismo, não eram carnes massificadas, eram, um a um, um espírito em pânico, sofrendo o terror do genocídio. Nossa dieta não difere em nada do holocausto, a não ser no detalhe de que as carnes dos mortos nas câmaras de gás não foram devoradas pelos matadores. Foram usadas para fazer sabão, e os ossos usados para fazer botão, isso se sabe (GOLDHAGEN, 1996).

Enquanto não se libertarem dessa dieta, as ecofeministas não têm como enfrentar a predação da dominação masculina sobre seus corpos e mentes, pois elas mantêm com seus hábitos alimentares o padrão da dominação antropocêntrica, androcêntrica, machista e especista. Enquanto fizerem aos animais o que lutam para não deixar que os homens façam consigo, as mulheres não terão se desapegado do modo machista de interagir com o que chamam natureza.

O especismo não é um preconceito dos homens contra animais de outras espécies, é um preconceito de quem considera que os seres de uma espécie têm mais valor do que os de outra e, por isso, exclui de toda consideração ética e política os direitos fundamentais dos animais sencientes. Isso porque eles não nascem no formato e configuração dos seres da espécie humana, como se para sentir dor, sofrer e ter pavor da morte violenta o formato externo do corpo e não a configuração do cérebro importasse.

O especismo tem sua origem na noção de que os animais não humanos são inferiores aos humanos porque são passíveis de uso, exploração, caça e morte de forma racional, quer dizer, pacientes morais de atos premeditados que visam certos resultados, exatamente o que fizemos com os negros e o que foi feito conosco. Nesse sentido, o especismo é uma forma machista de discriminar os animais, porque a virilidade ou masculinidade foram mentalmente construídas como conceitos a partir da ideia de que para ser um homem formado, viril, é

preciso saber abater um animal e esquartejá-lo, e ser dotado da capacidade racional que inclui planejar essas ações, definir metas e executar o que for necessário para alcançá-las. Aliado ao conceito capitalista de mais-valia, o machismo, na área da produção de alimentos animalizados, torna mais valiosa do que em qualquer outra, a capacidade de instrumentalizar tudo o que existe em favor dos interesses do agronegócio. O sistema de produção de carnes, leites e ovos não fugiu à regra da dominação.

Primitivamente, a virilidade alcançada com o abate de um animal é esforço coletivo de homens, introduzidos no mundo masculino, usando animais não humanos como moeda para ingresso. Theodore Roosevelt, Aldo Leopold e Holmes Holston III são três ambientalistas defensores da caça.

Enfrentando esses três grandes ambientalistas, a ecofeminista Marti Kheel<sup>7</sup> entra em cena para defender os animais para além de sua espécie em extinção, de sua espécie preciosa, de sua espécie rara, ou seja lá qual adjetivo seja atribuído à espécie de animal na qual alguém não humano nasce. A ética ecofeminista animalista é a defesa “da integridade de indivíduos outros que não os humanos”, afirma Kheel (*op. cit.*, p. 15), a defesa da integridade do corpo, da liberdade e da mente de animais não humanos, sem negar que a morte natural é componente da trajetória da vida de qualquer animal. Sendo natural, a morte, está excluída a hipótese de que possa ser justificada a morte infligida a qualquer animal pela mão humana, nas práticas institucionalizadas da caça, do confinamento e abate industriais, da experimentação, da medicalização, do divertimento e de outras formas de manejo, zoológicos e aquários, que privam o animal de sua saúde e do bem próprio de sua espécie. Fechamos os olhos para o trágico desfecho da vida dos animais abatidos para compor nosso prato, ignorando sua dor e

sofrimento individual. Para as ecofeministas foi confortável tratar os animais na categoria genérica “espécies”.

Entretanto, a morte de cada um dos 56 bilhões de animais, abatidos no mundo para atender à demanda anual do consumo de alimentos animalizados, não ameaça de extinção quaisquer das espécies usadas no sistema industrial de produção de carnes, leites e ovos. Defender genericamente a natureza e as espécies animais ameaçadas de extinção é uma forma de escamotear o extermínio de bilhões de animais (se incluirmos os animais dos rios, mares e oceanos chega à casa dos trilhões anuais) levado a efeito para consumo humano, cujas espécies não estão ameaçadas de extinção. A generalização poupa-nos da consciência crítica que aponta para a necessidade da abolição de certas escolhas alimentares, se, de fato, temos pelos animais, não apenas pelas espécies exóticas ou raras, mas por indivíduos afetados por nosso consumo, algum respeito e consideração. É fato que, ao comermos presunto, não comemos a espécie suína. As espécies nunca são consumidas em nossa mesa. O que ali é consumido é o resto mortal do corpo de um indivíduo que nasceu em uma determinada espécie.

Usamos generalizações ao designar os animais como espécies e voltamos a fazer isso quando nos referimos aos alimentos animalizados sem referir os animais que serão comidos. Morto o animal, termos que ausentam o referente são usados para designar as comidas feitas com seus restos mortais ou suas secreções: queijo, creme, manteiga, hambúrguer, presunto, linguiça, salsicha, salame, mortadela, estrogonofe, pizza quatro queijos, bisteca, espeto corrido e todos os nomes de alimentos que contêm matérias oriundas dos animais mortos, mas não nos dizem seus nomes animais (ADAMS, 1990, p. 67).

Na esteira do abate é cada indivíduo que sofre o pavor da morte, assim como no galpão de criação e nos caminhões de transporte foi cada indivíduo quem sofreu as dores das quedas, das fraturas, da fome, do

calor, da sede, e o medo do que fizeram a ele até ser abatido. A química mental não é produzida na espécie, ela é individual. Ali, no momento do pânico, quando o animal está absolutamente ciente do horror ao qual o submetem, nossos conceitos genéricos, tais quais os de “animais”, “bovinos”, “suínos”, “ovinos”, “avinos” não os poupam da cena final.

Quanto mais genérico e abstrato o conceito que temos dos animais em nossa dieta, mais distantes estão todos eles de nossa consciência. Ao tratarmos dos animais genericamente, nada mais fazemos do que dar a eles o mesmo tratamento massificado oferecido pelo sistema de criação para o abate. Reproduzimos o padrão conceitual machista de dominação do indivíduo pela dominação de seu coletivo, que tanto nos fez ficar na invisibilidade social, política, ética e espiritual, quando falava da mulher e não deixava cada uma de nós, falar, individualmente.

O consumo de carnes, leites e ovos não ameaça de extinção as espécies manejadas. Assim, a ética ambientalista pautada sobre a defesa da não extinção das espécies, seja lá por qual for o valor atribuído a elas, em momento algum despertou ambientalistas e feministas para o fato de que os indivíduos mortos para consumo humano são sujeitos sencientes de suas vidas, tanto quanto o são os animais selvagens não usados para consumo humano.

A única diferença entre um animal selvagem, protegido pelos ambientalistas por pertencer a alguma espécie ameaçada de extinção, e outro, completamente manejado pelas práticas humanas, é que o primeiro ainda detém sua vontade natural, enquanto do último a vontade foi quebrada, atrofiada, conspurcada por todo tipo de privação à qual um animal manejado é submetido.

Animais cujas vontades são quebradas pela doma, animais domesticados, são animais com espírito atrofiado. Em português não temos uma palavra tão precisa, para designar a natureza dos animais não

domesticados, quanto a têm os ingleses: *wild*. *Wild* vem de vontade. Um animal que ainda goza a vida de acordo com sua vontade tem seu espírito específico preservado. Um animal manejado, cuja vida está submetida à vontade dos humanos que o manejam e o detêm sob sua guarda, perde o valor mais precioso, sua mente específica singularizada. Submetido pela doma, seu espírito deixa de guiar-se pela vontade típica de sua espécie. Aprisionado em galpões, gaiolas e baias, cada animal é destituído não apenas de sua vontade, mas de sua mente. Tudo o que acontece ao corpo dele é produzido pela ação dos padrões que impõem seus padrões e, literalmente, fabricam suas carnes e secreções. Para o senhor, dono do corpo do animal, sua vida não tem valor algum. O que importa é formar músculos, para que rendam boas as vendas das carnes desse corpo abatido, ou a gordura se acumule, para que o leite extraído seja abundante.

Ao dirigir o olhar para a tragédia do indivíduo animal na câmara de sangria, vemos que a morte, a de cada indivíduo, nunca é natural. Ela ocorre por conta do nosso consumo pessoal. A forma genuína de respeito por todos os animais é a abolição do consumo de todos os produtos obtidos à custa de seus corpos (KHEEL, *op. cit.*, p. 208). Por via da dieta abolicionista vegana, libertamos todas as fêmeas. Não há criação de animais para o abate se não houver manejo deles. Não há confinamento de animais se não houver reprodução em série. Não há reprodução de animais em série sem estupro sistemático das fêmeas. Não havendo mais consumo, nada disso será praticado.

Os conceitos binários, tais quais os de superior/inferior, forte/fraco, espírito/matéria, razão/emoção, dominante/subordinado, homem/mulher e homem/animal criam estruturas mentais favoráveis ao sistema de dominação. Foram inventados pelos dominadores para acumular benefícios para si à custa da expropriação de mais-valia das

mulheres, em um tempo em que essas não estão conscientes das estruturações mentais e emocionais que as subordinam.

Se, por um lado, queremos cultivar a ideia da interconexão de todos os seres vivos, incluindo-nos nessa vinculação abrangente, então é preciso trazer à tona as contradições que nos afetam e impedem de estabelecermos o vínculo amoroso com todos os seres vivos. O desejo de libertar-se de todas as formas de domínio impostas sobre o próprio corpo, ao mesmo tempo em que se admite qualquer forma de domínio sobre o corpo dos animais mortos para nosso consumo, é uma dessas contradições.

Enquanto cultivarmos conceitos universais ou categorias genéricas como a de “espécies” para nos referirmos aos animais, fugindo de nomear o que comemos, vestimos, usamos para higiene e adorno, diversão e medicação, não teremos superado o padrão mental machista, fundado sobre o conceito de superior e inferior, dominador e dominado, digno de respeito e digno de abate, homem e animal. Todas as formas de violência contra os animais estão fundadas nessa matriz cognitiva e moral binária hierárquica, patriarcal.

A decisão abolicionista animalista leva-nos à adoção da dieta e de uma forma de vida veganas que elimina práticas maléficas para os animais. Por essa via, cada mulher enfrenta em sua própria mente e se liberta dos padrões machistas nos quais foi formatada e as emoções e conceitos especistas relativos aos animais outros que não os da espécie humana.

### **Somos o que comemos**

Com o aprofundamento da ciência genética, temos hoje o ramo mais avançado desses estudos, a epigenética, afirmando que somos o que comemos, no sentido de que o que comemos é tão forte que chega a alterar nossos genes. As novas descobertas confirmam que as práticas

alimentares às quais submetemos as células do nosso corpo marcam e imprimem mudanças que podem trazer saúde e longevidade, ou doença e morte (Cf. WATTERS, 2014).

O médico de animais, Dr. Virgil Hulse, funcionário Departamento de Agricultura do governo estadunidense por 15 anos e encarregado da fiscalização do leite comercializado, em seu livro *Mad cows and milk gates (Vacas loucas e portais do leite)* afirma que 10% de nossos genes estão alterados e por isso vulneráveis aos retrovírus, “vírus que vêm dos animais” dos quais ingerimos carnes, laticínios e ovos (HULSE, 1996). Nossos organismos sofrem ataques de patógenos que antes afetavam apenas os organismos dos animais mortos para consumo humano, tais quais os vírus da gripe suína e da gripe aviária, além do vírus da leucemia bovina, HIV, tuberculose e outros. Esses patógenos, ao entrarem em nossos organismos, sofrem mutações que a ciência não controla e nos adoecem e matam, pois não há antibióticos que os elimine. Na tentativa de impedir que isso ocorra, as carnes são irradiadas, em vão (EISNITZ, 1997). E a radiação, sabemos, é cancerígena.

Originalmente, a dominação masculina impôs-se à natureza como forma de os homens se distinguirem, separando-se dela, como se dela não tivessem qualquer dependência e como se ela não fosse capaz de retomar o vínculo cortado unilateralmente por eles. Hoje, achar-se distinto da natureza, alçando-se acima e além dela, por cercar-se de aparatos eletroeletrônicos que aceleram todo tipo de processo, não protege nenhum homem e nenhuma mulher do retorno da natureza sobre suas vontades, por vias que a racionalidade não consegue prever. O efeito é de bumerangue.

Reconhecer que somos animais não é um rebaixamento de nosso estatuto moral. É um ato de libertação. Somos animais mentais, racionais, emocionais, sensíveis, conscientes de nós e das consequências

sobre os outros de tudo o que empreendemos para favorecer nossos interesses. Como qualquer outro animal, nossa vida não existe a serviço de nenhuma outra. Nenhum animal nasce escravo. Pode nascer na condição de escravizado. Mas isso não é ardil da natureza, é obra da dominância de uma espécie sobre todas as outras.

Abolir o consumo de animais e de seus derivados da dieta, incluindo as proteínas animais feminilizadas, leite e ovos (Cf. ADAMS, *op. cit.* P, 61), é a forma de realizar a transformação feminista idealizada por Warren, mas por esta via que ela sequer aventou: a abolicionista vegana. Essa dieta pouparia da morte cinco bilhões de animais por ano, somente no Brasil, da ordem de 14 milhões a cada dia. Segundo dados estadunidenses, cada pessoa que adota a dieta abolicionista vegana poupa da morte 22 mil animais (Cf. MASSON, 2009, p. 101). Um indivíduo humano pode então colocar-se em um dos pratos da balança, enquanto coloca 22 mil indivíduos não humanos no outro prato. Enquanto ainda há quem pense no padrão mental especista machista, que sua vida vale mais do que a vida de outros 22 mil animais, há quem já tenha se libertado dele e pense, na perspectiva ecoanimalista feminista, que a vida era tão valiosa para cada um dos animais mortos para virar comida humana, quanto a própria vida o é para quem os come.

Assim, em vez de exigir que os animais não humanos tenham características tidas como valiosas pela tradição moral machista – racionalidade, espírito, força física, capacidade de dominar outros, de impor sua vontade sobre a alheia –, para que suas vidas, liberdade, integridade física e emocional sejam respeitadas – valores plantados em nossa moralidade pela dominação mental e moral machista que desenha nossos conceitos morais e nosso espírito –, podemos mergulhar ao fundo do lago da vida e nadar em meio a todos os demais seres. Levando, assim, nossa respiração até a base desse lago, de onde podemos olhar para cima e ver que todos partilham o mesmo reino, o da vida, sem

inferioridade ou superioridade, cada um com um *design* e uma mente singular. Nesse mergulho, que desinfeta nossa mente dos padrões machistas que hierarquizam vidas absolutamente diferentes, repletas de mistérios insondáveis para nossos conceitos especistas, percebemos que a coisa mais valiosa para cada indivíduo vivo é estar no domínio de seu próprio viver. É sem sentido cobiçar o domínio do impulso de viver alheio, e violento coibir sua expressão específica singular. Nisso somos todos iguais, animais de todas as espécies, e, quiçá, no que toca à sensibilidade biofísicoquímica, todas as plantas também. Mas a diferença é que elas não possuem o sistema nervoso central organizado que as tornaria vulneráveis à dor e ao pavor, peculiares apenas aos animais sencientes<sup>8</sup>.

A dieta padrão, do grego *díaita*, que significa modo de viver, nos formata na concepção machista, pela qual, sem jamais questionarmos, acabamos por julgar natural comer os cadáveres de outros animais que pulsavam em vida e conduziam seu existir com a espécie de autonomia prática que sua espécie animal, seu sexo animal, sua experiência animal e sua mente singular possibilitavam. Hoje, estamos em condições de fazer a transformação de nossa dieta masculinizada, devoradora de animais, em uma dieta abolicionista vegana, reconhecida como saudável pela Organização Mundial de Saúde, a Associação de Nutrição, a Associação do Câncer, a Associação do Coração e pelo Comitê dos Médicos por uma Medicina Responsável, que congrega 150 mil profissionais atuando na prevenção e cura de todas as doenças com a dieta vegana integral não processada. E, ao desanimalizar nosso prato, fazemos as pazes, finalmente, com todos os animais, vivos. Deixamos de nos identificar com as carnes mortas.

A transformação ética da dieta animalizada, centrada na morte, para uma dieta viva, é a mais profunda transformação ao alcance de nossas mãos, mentes e corações. A dieta abolicionista vegana é

transformadora. Todos os conceitos machistas caem por terra quando a adotamos. Em vez de comer os cadáveres abatidos pela força bruta em sua forma sofisticada pelo maquinário bélico de contenção, abate de animais e corte de carnes, comemos alimentos vivos, alimentos ricos em nutrientes e energizados pela luz do sol. Comemos de forma diversificada, pois nos alimentamos do que dá no alto das árvores, nos arbustos e no solo em todos os tons, não apenas nos tons cadavéricos.

Nossa consciência se expande com a luz ingerida através das matérias vivas. Deixamos de lado a ambição de dominar, de tyrannizar, de manejar a existência do outro. Fazemos a ligação da nossa vida com a de todos os seres, deixando-os vivos. Não nos identificamos com restos mortais, com secreções que carregam para nosso cérebro a química da dor, do tormento e do luto, produzida pelo sistema de manejo dos corpos dos animais dos quais essas matérias são extraídas.

Durante décadas fomos formatadas por uma dieta padronizada pelos homens, para nos transformar em mulheres passivas à violência. Primitivamente, os homens matavam os animais. As mulheres preparavam suas carnes. Sem perceber, ao fazerem isso, as mulheres ainda se submetem à ideia de que os mais fortes têm direito de abater da vida os mais fracos. Um treino moral exercido todos os dias, na própria cozinha, nas lanchonetes e restaurantes não veganos. Um treino emocional pelo qual nos separamos do mundo dos animais mortos e comidos, como se estarmos vivas depois de tê-los tirado da vida nos tornasse algo mais do que eles.

Ao adotarmos a dieta que não discrimina espécies, não hierarquiza os animais, não elege certos animais para estima e outros para a degola – a dieta não especista, abolicionista e vegana –, rompemos com o padrão machista dominante que impregna a dieta imposta ao mundo ocidental pelo agronegócio, especialmente nos últimos 50 anos. Rompemos de modo homeopático, uma a uma, gotinha

por gotinha, pois cada comedora ou comedor que toma essa decisão deixa de ser um consumidor desses produtos animalizados. A transformação não é alcançada de fora para dentro. Ela é de dentro para fora e assim surte efeito. Ecologia genuína e ética ecoanimalista feminista genuína se fazem da boca para dentro. Se a dieta imposta nos formata nos padrões machistas, a dieta abolicionista nos liberta deles até o núcleo de nossa última célula. Há feministas de última geração que aboliram a dieta patriarcal à qual foram submetidas desde antes de nascer.

Se as mulheres continuam submetidas política, social, cultural, econômica e emocionalmente ao padrão machista que as atormenta e subordina, oprime e atrofia seu espírito, não há, vimos pelas últimas décadas de luta, como abolir esse padrão externamente, pois as motivações conscientes e inconscientes que elas sustentam com sua dieta continuam forjadas na lógica machista.

O sistema que impôs a dieta à qual todas nós fomos submetidas é configurado de alto a baixo nos padrões machistas que vão do estupro das fêmeas de todas as espécies usadas para reprodução em série, ao aparato ultrabélico com o qual são cultivados os alimentos dados aos animais e ao qual eles são submetidos na hora do abate. Igualmente bélico é o sistema de processamento das carnes, leites e ovos. Os animais são desfigurados a tal ponto que, ao se consumir esses produtos, não se tem contato visual algum, nem conceito real algum, da origem animal deles e da violência que sofreram no curto tempo de vida e na hora do abate. Ingerimos, literalmente, sem nos darmos conta, o que nos foi enfiado goela abaixo pela propaganda medicinal de alimentos animalizados, patrocinada pelo agronegócio. Se ainda nos alimentamos assim, como esperar que sejamos nós, as mulheres, a fazer a transformação desse mundo bélico machista em um mundo de paz?

A dieta animalizada está a imprimir em cada célula do nosso corpo a violência do manejo e da morte aos quais os animais foram submetidos. Nosso sangue segue levando a carga química presente nos tecidos do animal. Com a morte do tecido a química não desaparece. O manejo que manteve o animal submetido foi fonte contínua de dor, tormento, agonia e nervosismo para cada um deles, sem distinção de sexo ou espécie. O pânico na esteira da morte injeta em seu sangue adrenalina, pois todos os animais que comemos são seres sencientes, tanto quanto nós o somos. Eles estão vendo o que se passa. Eles sentem pavor da degola. Esse pavor imprime em suas células uma marca química. E essa é sua última mensagem para nós. Ao ingerirmos suas carnes e leite, enviamos para nossas células o que ali veio gravado. Como queremos ter paz e saúde, ingerindo esses alimentos carregados da dor e da morte violenta?

### **Ecofeminismo abolicionista animalista**

Não esperemos, entretanto, que os homens erradiquem da face da terra o sistema de produção e abate de animais. Eles jamais o farão por bem. Quanto mais elevado o padrão aquisitivo, maior o consumo de carnes, leites e ovos e, portanto, maior a devastação de alimentos, dados de comer aos animais abatidos<sup>9</sup>. Tudo o que os animais comem e toda a água que bebem é transformado em excrementos no mesmo dia. O planeta sofre a impressão violenta do que é forçado a ingerir sem que possa digerir ou assimilar. Os oceanos estão acidificados pela criação e abate de 56 bilhões de animais a cada ano para consumo humano. O planeta terra não aguenta mais a enxurrada de sangue, urina e excrementos que lhe enfiamos goela abaixo ao alimentarmos 154 milhões de animais abatidos a cada dia. Todos esses animais foram abarrotados de alimentos e de água. Todos excretaram abundantemente: frangos, porcos, bois, vacas, ovelhas, cabras etc. E, diariamente, o

sangue desses 154 bilhões de animais escorreu para os rios e para o oceano. Não é pouco sangue. Não é pouca urina. Não são poucas as fezes. E tudo isso é o que nós empurramos para o solo, para as águas e para o ar, depois de termos exaurido 70% do solo mundial, cultivando com biocidas os alimentos fornecidos a esses 56 bilhões de animais mortos por ano para encher nossos pratos. Enfim, a dieta machista especista é absolutamente irracional.

O relatório mais recente da ONU alerta para a catástrofe planetária que se abaterá sobre os bebês que estão nascendo agora, quando mal tiverem completado 30 anos, caso não mudemos para a dieta vegana (CARUS, 2010). Não há mais espaço para cultivo de grãos e cereais destinados a dar de comer aos animais. Não há administração possível do volume de gás metano, sangue, fezes, urina e outros resíduos descartados no abate. A criação e abate de animais terrestres respondem pela morte dos animais aquáticos e responderão pela extinção da vida no planeta terra.

Acidificamos tudo com a produção de cadáveres para atender à dieta adotada sem pestanejar. E achamos que defendemos os interesses das mulheres somente quando criticamos a supremacia do poder masculino na política, nas empresas, na religião, no direito e na filosofia. Os homens impõem em nossos genes a marca da dieta biocida que adotamos. Mas não ouço ecofeministas falando da dieta abolicionista. Quem cala, consente, ou somente ignora o que deveria saber?

A dominação do modelo dietético masculino perde sustentação no momento em que não engolimos mais a dieta violenta, carregada de proteínas animalizadas que nos impuseram. Falo em sentido amplo. Libertadas da dieta machista, as mulheres podem afinal redefinir não apenas o que querem de verdade comer. Elas voltam seus olhos para o conteúdo do prato, não na condição de passivas cozinheiras de matérias alimentares impostas pela propaganda dietética machista. Voltam seus

olhos para alimentos vivos e nutritivos, que renovam cada uma de suas células, hoje exauridas pela dieta da morte. Qualquer outra forma de dominação masculina ou machista sobre seus corpos e suas mentes não terá mais lugar, porque seus corpos e suas mentes terão se libertado das mensagens de violência e morte impressas epigeneticamente neles.

A adoção da dieta abolicionista vegana devolve às mulheres a condição de agentes de sua saúde, formatadoras de sua mente, fomentadoras dos conceitos básicos que orientam suas escolhas. E esse estatuto, o de consumidora, deixa de ser identificado com o consumo da morte e da violência animalizadas. Por milênios, as mulheres têm sido predadas pelos homens como se nelas não houvesse espírito, consciência ou sensibilidade. Como se fossem meras carnes. Por milênios, as mulheres se submeteram à ingestão de carnes animais, como se neles não houvesse um espírito, uma mente, uma consciência, sensibilidade e inteligência.

Somos, igualmente, animais. Se é violência sermos invadidas em nossos corpos pelo corpo de outro, se é violência sermos assassinadas pela força bruta, se é violência sermos confinadas em cárceres privados, ou privadas de nossas mentes e de nossa forma singular de expressão, mudando a espécie animal do sujeito sofrente de toda essa violência não se muda em acerto o erro de praticá-las. A diferença entre uma ovelha, uma vaca, uma porca, uma galinha e nós, está apenas na aparência exterior, no formato dos nossos corpos. Lá dentro, na intimidade da mente, sentimos igualmente o que nos fazem quando nos violentam, e tal experiência é singular.

A perspectiva ética ecoanimalista feminista é a voz dissonante que vem para anunciar a condição animal de todas as mulheres, não para devolvê-las àquele estatuto no qual suas vidas não têm valor a não ser se forem instrumentalizadas para atender aos interesses masculinos. Devolvendo a todas as mulheres a consciência de sua condição animal,

mostrando que seu sentir, seu pensar e seu agir têm implicações trágicas para os animais não humanos, colocamos nas mãos das mulheres um instrumento poderoso de libertação das impressões machistas às quais seu corpo foi submetido pela dieta padrão masculinizada.

Não haverá libertação das mulheres, enquanto seguirmos a dieta que dá aos homens tamanho poder sobre nós. Não há libertação de ecossistemas, enquanto mantivermos uma dieta animalizada. Não há possibilidade de viver integralmente, enquanto somos uma minoria de 7 bilhões de seres que oprime e extermina da vida 56 bilhões por ano, para saciar a gula consumista. A violência especista não combina com a dieta ecoanimalista feminista abolicionista, a dieta (do grego *díaita* ou modo de vida) vegana.

---

<sup>1</sup> Doutora em Filosofia pela Universität Konstanz (Alemanha). Professora (aposentada) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>2</sup> Para uma introdução à concepção de Primatt, ver Felipe (2006).

<sup>3</sup> Sobre o conceito de especismo, ver: Felipe (2013).

<sup>4</sup> Sobre a concepção de Warren, ver Rosendo (2012).

<sup>5</sup> Para compreender a história da expansão da perspectiva ética não racista, não machista e não especista, ver Singer (1981).

<sup>6</sup> Para uma crítica à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, elaborada na concepção antropocêntrica especista, ver Felipe (2006, p. 53-96).

<sup>7</sup> Quando Marti Kheel esteve no Brasil, em 2010, fez questão de visitar nosso grupo de estudos ecoanimalistas feministas, na UFSC, pois seu livro estava entre os das demais feministas que investigávamos. Tivemos sua presença por três dias, nos quais participou de uma de nossas reuniões internas e fez uma palestra no Auditório da Filosofia. Planejamos, Marti e eu, finalizarmos a quatro mãos e duas mentes feministas outro projeto de investigação sobre a mente e a consciência dos animais, cujas pesquisas foram iniciadas por mim em 2006,

estabelecendo assim um vínculo internacional para avançar a proposta ecoanimalista feminista. Lamentavelmente, aos 62 anos de idade, Marti Kheel faleceu em dezembro de 2011, de leucemia. O projeto que estou desenvolvendo desde 2006, sobre a consciência animal, segue, outra vez, sem a parceria sonhada em 2010.

<sup>8</sup> Para estudar a natureza sensível não senciente das plantas, ver Chamovitz (2012).

<sup>9</sup> Para os dados do consumo de grãos, cereais e água na extração e produção de leite e laticínios, e o montante de excrementos deixados como pegada pelo hábito de ingerir laticínios, ver Felipe (2012).

### Referências bibliográficas

ADAMS, Carol J. *The sexual politics of meat: a feminist-vegetarian critical theory*. New York: Continuum, 1990.

CARUS, Felicity. *ONU recomenda mudança global para dieta sem carne e sem laticínios*. 2 jun. 2010. Disponível em: <[http://www.brasiliaempauta.com.br/artigo/ver/categoria/meio\\_ambiente/id/3497/nome/ONU\\_recomenda\\_mudanca\\_global\\_para\\_dieta\\_sem\\_carne\\_e\\_sem\\_laticinios](http://www.brasiliaempauta.com.br/artigo/ver/categoria/meio_ambiente/id/3497/nome/ONU_recomenda_mudanca_global_para_dieta_sem_carne_e_sem_laticinios)>. Acesso em: 21 maio 2014.

CHAMOVITZ, Daniel. *What a plant knows?: a field guide to the senses*. New York: Scientific American and Farrar, Straus and Giroux, 2012.

DARWIN, Charles. *A expressão das emoções no homem e nos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. [Edição original: 1872].

EISNITZ, Gail A. *Slaughterhouse: the shocking story of greed, neglect, and inhumane treatment inside the U.S. meat industry*. New York: Prometheus Books, 1997.

FELIPE, Sônia T. *Especismo: conceito e história*. *Labrys, estudos feministas*, jul.-dez. 2013. Disponível em: <<http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys24/antispecisme/sonia.htm>>. Acesso em: 31 maio 2014.

\_\_\_\_\_. *Galactolatria: mau leite*. Implicações éticas, ambientais e nutricionais do consumo de leite bovino. São José: Ecoânima; Edição da Autora, 2012.

\_\_\_\_\_. “Alcance e limites da Declaração Universal dos Direitos Humanos”. In: AGUIAR, Odílio Alves; PINHEIRO, Celso de Moraes; FRANKLIN, Karen (orgs.). *Filosofia e Direitos Humanos*. Fortaleza: Editora da UFC, 2006. p. 53-96.

\_\_\_\_\_. “Fundamentação ética dos direitos animais: o legado de Humphry Primatt”. In: *Revista Brasileira de Direito Animal*. Salvador, Instituto Abolicionista, v. 1, n. 1, jan. 2006, p. 207-230.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o holocausto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HULSE, Virgil. *Mad cows and milk gate: prions*. Phoenix: Marble Mountain Publishing, 1996.

KHEEL, Marti. *Nature ethics: an ecofeminist perspective*. New York: Rowman & Littlefield Publisher, 2008.

LOW, Philip *et al.* The Cambridge Declaration on Consciousness. Cambridge, 2012. Disponível em: <<http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

MASSON, Jeffrey Moussaieff. *The face on your plate*. New York: W. W. Norton & Company, 2009.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminism*. London: Zed Books, 2003.

PRIMATT, Humphry. *The duty of mercy: and the sin of cruelty to brute animals*. Fontwell: Centaur Press, 1992. [Edição original: 1776].

ROSENDO, Daniela. *Ética sensível ao cuidado: alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ética e Filosofia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RYDER, Richard D. “Speciesism”. In: BAIRD, Robert M.; ROSENBAUM, Stuart E. (Eds.) *Animal experimentation: the moral issues*. New York: Amherst, 1991.

SINGER, Peter. *The expanding circle: ethics & sociobiology*. New York: Farrar, Straus & Giroux, 1981.

WARREN, Karen J. *Ecofeminist philosophy: a western perspective on what it is and why it matters*. New York: Rowman & Littlefield, 2000a.

\_\_\_\_\_. “The power and the promise of ecological feminism”. In: STERBA, James P. *Earth ethics: introductory readings on animal rights and environmental ethics*. 2. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2000b, p. 213-223.

\_\_\_\_\_. “Feminism and ecology: making connections”. *Environmental Ethics*, v. 9, n. 1, p. 4-5, Spring 1987.

WATTERS, Ethan. *DNA is not destiny*. Disponível em: <<https://www.byliner.com/read/ethan-watters/dna-is-not-destiny>>. Acesso em: 31 maio 2014.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *A vindication of the rights of woman*. New York: Dover Publications, 1996. [Edição original: 1792].